

Corte prejudica as áreas sociais

Entidades educacionais serão mais afetadas, pois as economias feitas em anos anteriores serão destinadas a pagar a dívida pública

Denise Rothenburg

Da equipe do Correio

Um estudo elaborado pela assessoria de Orçamento da Câmara apontou que as medidas do pacote fiscal vão afetar em cheio a área social e acabar com a autonomia das universidades em aplicar seus recursos. Na área da saúde, as demissões de servidores incluem 5.500 guardas da Fundação Nacional de Saúde. No Ministério da Educação, serão R\$ 1,3 bilhão de superávit em diversos fundos (dados de 1996) retirados de investimentos e projetos em universidades, escolas técnicas, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e até da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para pagamento de dívida pública. O estudo foi encomendado à assessoria pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

"A afirmação do governo de que não serão cortados os gastos em atividades relacionadas à educação, saúde, assistência social e reforma agrária é mentirosa", disse o deputado.

Paulo Bernardo se referia especialmente à Medida Provisória (MP) 1.600, que destina o superávit financeiro de fundos e entidades da administração indireta para a amortização da dívida pública. A MP deixou fora dessa transferência para pagamento de débitos os fundos Nacional de Saúde e o de Amparo ao Trabalhador (FAT). Mas colocou no bolo todos os demais.

Em 1996, os saldos de exercício dos fundos que serão aplicados no pagamento da dívida fecharam em R\$ 3,8 bilhões, sendo um terço proveniente do Ministério da Educação. Só da FAE foram R\$ 52 milhões. Do FNDE, outros R\$ 252 milhões. Em 1998, segundo técnicos do orçamento, não será diferente.

AUTONOMIA

A nota da assessoria da Câmara mostra ainda que a medida está em desacordo com a proposta de autonomia das universidades, defendida pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. "A MP acaba com a possibilidade de investimentos e custeio em 1998, porque elimina a fonte dos chamados créditos adicionais. Acaba de liquidar a chamada autonomia da administração indireta", diz a nota técnica da Câmara.

O relator da MP, senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), ficou assustado com os números levantados pela Câmara e já solicitou à área econômica do governo que apresente as suas projeções para 1997. "Esses va-

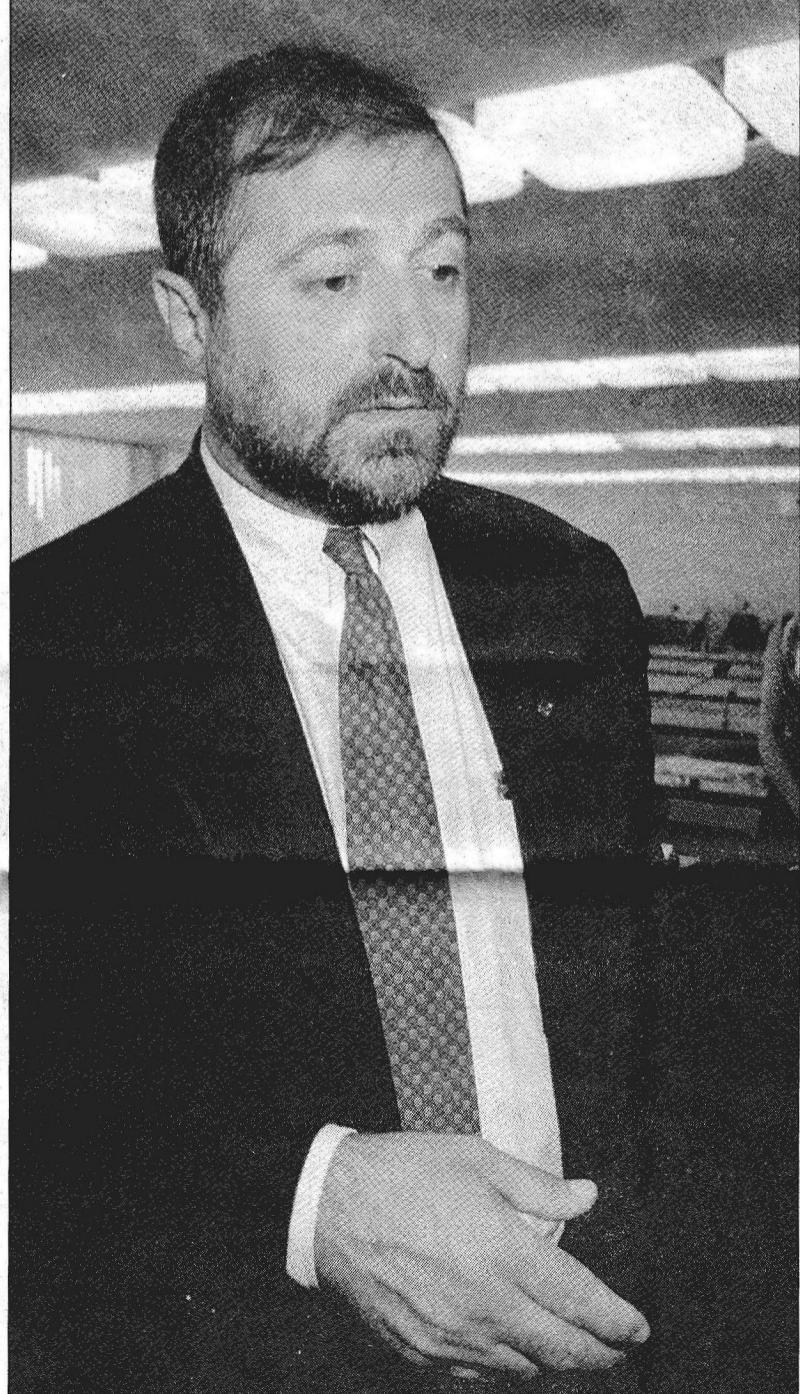
lores são muito elevados. Os técnicos da área econômica não me disseram que a maior parte desse fundo vinha do setor de educação. Vamos marcar uma reunião com o governo para que ele traga os seus números", disse Kleinubing.

Os técnicos do governo confirmam as análises da assessoria da Câmara, mas rejeitam os valores. Segundo a assessoria do Ministério do Planejamento, o superávit dos fundos que o governo pretende utilizar para abater dívida ficará em torno de R\$ 2 bilhões. Portanto, dizem os técnicos do planejamento, os números da Câmara estariam furados. Mas, admitem que o

maior contribuinte será mesmo o Ministério da Educação. "Se essas fundações de universidades agora é que estão começando a aplicar o saldo de 1996, significa que não precisam tanto assim desse dinheiro. Não é justo que a dívida continue crescendo enquanto esses fundos ficam com milhões para fazer caixa e lucro no mercado financeiro", dizem os técnicos.

Responsável pela liderança do governo na comissão Mista de Orçamento de Congresso, o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) disse que a intenção é mesmo acabar com os chamados créditos adicionais para gastos no final do exercício: "Se houvesse urgência nas obras e nos projetos que os administradores desses fundos desejam fazer utilizando o superávit financeiro, eles apresentariam no início do exercício", defendeu.

Jefferson Rudy 10.1.95



Paulo Bernardo: estudo da Câmara fundamenta as críticas à MP 1.600